

CURRÍCULOS, DIFERENÇAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA

Profa. Dra. Sirley Lizott Tedeschi (UEMS)

Profa. Dra. Luciana Lopes Coelho (UFGD)

Organizadoras

Prezados/as Leitores/as

É certo que vivemos tempos de intensificação das tentativas de homogeneização; tempos em que a indiferença e hostilidade frente às diferenças e os diferentes tendem a crescer. Os ataques à educação pública são cada vez mais constantes, assim como, as necropolíticas que buscam, incessantemente, através de práticas fascistas, racistas, homofóbicas, xenofóbicas, entre tantas outras formas, discriminar, anular, invisibilizar as diferenças e os diferentes para produzir efeitos de homogeneização. Contudo, também, vivemos tempos em que os movimentos de grupos minoritários como, coletivos feministas, homossexuais, transexuais, indígenas, negros, entre outros, se mobilizam, criam forças, dão energia a autênticas transformações micropolíticas na sociedade e, inclusive na educação.

Neste contexto, produzir conhecimentos sobre currículos, diferenças e práticas de resistência na escola pública é uma forma de contribuir para a multiplicação, adensamento e fortalecimento das heterogeneidades potencializando o surgimento de novas subjetividades, novos protagonismos e tantas novas maneiras de ser. Contudo, as práticas de resistência não têm a intenção de construir uma epistemologia “melhor”, também não pretendem construir um “novo” sistema baseado na razão e na verdade pois, intentos dessa ordem, que se pretendem hegemônicos, terão sempre efeitos de exclusão e subalternização. O que as práticas de resistência possibilitam nos contextos escolares é contaminar, perturbar, enfraquecer os limites impostos pelas relações de poder hegemônicas e atenuar as mais diversas formas de violência; provocar rupturas, descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados; desestabilizar o atual regime de verdade para que o pensamento se insira nessas linhas de fratura e faça a diferença. Por isso, a afirmação da

diferença nas instituições escolares constitui-se em uma permanente instância agonística, já que as práticas de resistência podem enfraquecer os limites estabelecidos pelas relações de poder em vigor, mas novos limites sempre surgirão.

Esse Dossiê Temático é uma oportunidade de refletir, a partir de diversas perspectivas, sobre os desafios, potencialidades, enfrentamentos e resistências no que concerne ao currículo escolar, diante das arbitrarias políticas oficiais de igualdade, de identidade e de reconhecimento das diferenças.

Iniciamos apresentando o artigo intitulado *Educação Escolar para todos! E as diferenças?* de autoria de Luciana Lopes Coelho e André Soares Ferreira, que traz uma discussão geral sobre diferenças, a educação escolar e os sujeitos, problematizando a constituição do ideal de educação para todas as pessoas. Analisa a instituição escolar como fenômeno histórico e social que circunscreve os sujeitos e os saberes em uma ordem discursiva estabelecida, definindo e marcando as diferenças de corpos, culturas e línguas na relação com uma identidade requerida. Reflete sobre a necessidade dessa escola permitir-se afetar pelas diferenças e inventar novas e diferentes possibilidades de formação humana.

Em seguida, o segundo artigo intitulado *Currículo, diferenças e a Educação para as Relações Étnicoraciais: uma análise para além da transversalidade* de autoria de Clarissa Gomes Pinheiro de Sá e Sirley Lizott Tedeschi, analisa a relação entre currículo, representação e a produção de identidades/diferenças étnico-raciais. Destaca que as discussões referentes às relações étnico-raciais são essenciais para uma pedagogia e um currículo da diferença e devem acontecer em todo o currículo escolar e não meramente como um tema transversal.

O terceiro artigo intitulado *Currículo e diferenças étnico-raciais na educação básica: para além da Semana da Consciência Negra* de autoria de Odair de Souza, Marcelo Lopes, Karina Farias de Moraes e João Paulo dos Santos, também propõe uma reflexão sobre educação para as relações étnico-raciais a partir da perspectiva das diversidades e das diferenças no currículo da Educação Básica. Considera que, para além da chamada Semana da Consciência Negra, é preciso que a escola construa no dia a dia da ação pedagógica

possibilidades de promoção do pensamento crítico, aulas mais plurais, heterogêneas, democráticas, inclusiva, antirracistas e comprometidas com a vida.

O desafio de pensar as políticas educacionais para o atendimento escolar de estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação é discutido no quarto artigo, intitulado *Políticas educacionais: direitos dos estudantes com altas habilidades ou superdotação* de autoria de Priscilla Basmage Lemos Drulis. Afirma a responsabilidade do Estado Brasileiro na garantia de acesso e participação de todos os estudantes com Altas Habilidades nos serviços específicos de Atendimento Educacional Especializado e na oferta de formação de professores para essa modalidade.

Os currículos e as práticas pedagógicas para estudantes com deficiência são discutidos no quinto artigo intitulado *Ensino de história para estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista: derrubando barreiras de acesso ao conhecimento*, de autoria de Adriana de Carvalho Alves Braga. Ele apresenta um relato de experiência de uma professora e suas práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de História para estudantes do Ensino Fundamental com deficiências e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Uma ação-reflexão que permite compreender a necessidade de criar estratégias adequadas e relevantes para o ensino desses estudantes.

O sexto artigo também apresenta experiências da relação entre a escola e as pessoas com deficiência, dessa vez sob a perspectiva da família. Ele é intitulado *Vozes de mães e professoras com filhos Síndrome de Down e deficiência intelectual: memórias de vida e empoderamento* e é de autoria de Helene Alves de Faria Tenório de Melo e Léia Teixeira Lacerda. Apresenta resultados de uma pesquisa realizada com mães de estudantes com Síndrome de Down e Deficiência Intelectual de uma instituição escolar pública de Campo Grande e discute o processo pelo qual essas mulheres passam e suas fases. Elas narram esse processo que se inicia com a percepção da deficiência, passa pela aceitação, pelo empoderamento, pelo reconhecimento da importância do grupo de apoio de outras mulheres

mães, até chegarem à compreensão de que são peças fundamentais na mediação da aprendizagem social e acadêmica dos seus filhos.

O sétimo e último artigo intitulado *Desafios da actuação docente e suas experiências em tempos de pandemia da covid-19: relatos de professores nas escolas moçambicanas* de autoria de Rodrigues Emídio Macuácuca e Mateus Jacob analisa as barreiras enfrentadas por docentes de duas escolas localizadas no distrito de Inharrime (Moçambique) durante a pandemia da covid-19. Levantam dados sobre as condições de trabalho e a formação dos professores para a atuação naquele contexto, apontando para a necessidade de formação contínua desses docentes.

Assim, os artigos deste dossiê colocam em evidência as diferenças, os currículos e as práticas de resistência nas escolas públicas e universidades, apontando para questões que permitem visibilizar outras vozes, outros sujeitos, outras culturas e identidades e outras práticas pedagógicas, mesmo em tempos pandêmicos em que as relações de ensino e aprendizagem são mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação. Sigamos mobilizando outros afetos no encontro cotidiano com diferentes corpos, línguas e saberes, e que estes afetos impulsionem transformações micropolíticas na educação escolar no sentido de torná-la mais plural, diversa, solidária e democrática.